

O Movimento Camponês de Trombas e Formoso

Ycarim Melgaço Barbosa*

O movimento de Trombas e Formoso foi o maior levante camponês ocorrido no Brasil nos últimos anos, no interior de Goiás (1948/60). Dirigido pelo Partido Comunista Brasileiro, PCB, que queria, ao aproveitar-se de uma situação de luta pela posse da terra em uma área localizada, criar uma guerrilha no campo e expandi-la para o resto do país, na tentativa de implantar uma reforma agrária radical.

Goiás era pouco povoado nos anos quarenta, um imenso latifúndio, fato que possibilitou ao governo de Getúlio Vargas implementar uma política de ocupação dos vazios demográficos no Centro-Oeste. O Estado Novo, na verdade, pretendia uma democratização da utilização da terra nos moldes capitalistas. Assim criou os projetos de colonização para onde deveriam dirigir-se os excedentes populacionais aglomerados nos centros urbanos, sem abalar, portanto, o sistema fundiário da grande propriedade existente no País.

Apenas em 1938 chegam as primeiras estradas no médio norte goiano, alcançando Uruaçu, a Transbrasiliana. Havia primeiro uma estrada de penetração até Corumbá, percorrida por carros-de-boi ou por tropas. Um comerciante de Uruaçu, para ampliar seus negócios, quando prefeito daquela cidade, decide abrir uma estrada até Corumbá. Posteriormente construíram-se outras estradas ligando Ceres a Uruaçu e a Goiânia. O palco de luta de Formoso ocorreu dentro do Município de Uruaçu (ver mapa) que era muito grande, abrangia quase todo médio-norte.

* Pós-graduando em Geografia Humana na USP.



Frente de Expansão

Em 1941, o Governo Federal, juntamente com o Estado de Goiás, cria a primeira colônia agrícola na cidade de Ceres (Cang). Dá-se início à divulgação de uma propaganda para a ocupação dos vazios demográficos, a famosa "Marcha para o Oeste": "Lavradores sem terra, venham para Goiás trabalhar na sua terra, decida pelo Governo". Doavam terras aos lavradores em lotes de 6 a 10 alqueires goianos (um alqueire goiano = 4,5 hectares). Mas o governo doava terras somente nas áreas de colonização e esse fato não ficou muito claro na época. A única concentração populacional encontrava-se no município de Goianésia (Cia. Cafeeira Goiana) de propriedade do capitalista Lunardelli, conhecido em

O governo Getúlio criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para endeusar o ditador. Desempenhava o papel do SNI hoje.

lodo o Brasil como o rei do café. Adquiriu do fazendeiro Jales Machado, pai de Octávio Lage, ex-governador de Goiás, uma propriedade de mais de quarenta e cinco mil hectares, onde se estabeleceu a exploração da mão-de-obra, nos moldes de produção capitalista com baixos salários e extensa jornada de trabalho.

A estratégia utilizada pelo Estado Novo para direcionar os excedentes populacionais para os vazios demográficos, com o intuito de ampliação do espaço econômico, foi apresentar o problema como sendo de segurança nacional, conforme afirmava Getúlio Vargas: "O Brasil sempre foi alvo da cobiça internacional. No período de entre-guerras as pretensões de utilização econômica dos vazios demográficos brasileiros decorrem da ameaça de uma segunda guerra mundial e das necessidades de abastecer a curto prazo o mercado mundial de elementos e matérias-primas"²⁹.

Exacerbou-se o nacionalismo popular, com ameaças da cobiça externa, e prometeu-se com o aproveitamento da capacidade produtiva das áreas não ocupadas atingir a Amazônia, via utilização progressiva, assim como promete-se o fim dos desequilíbrios regionais. Segundo Vargas "... o sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos para a integridade do país... A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmãos pobres".³⁰

O contingente de camponeses em direção a Ceres intensificou-se a tal ponto que a colônia agrícola ali instalada não sustentava o enorme fluxo migratório. As pessoas chegavam de várias regiões, sobretudo de Minas e do Nordeste e como a Colônia não suportava, pela sua estrutura, o grande número de pessoas, estas dirigiam-se para Uruaçu. O povo foi penetrando e formou-se um núcleo de quarenta mil alqueires, povoando a região de Uruaçu que, ao desmembrar-se de Jaraguá em 1948, passa a ser uma comarca. Nomeia-se José da Veiga Jardim como o primeiro juiz de direito. Este dá início à legalização das terras, mas de forma fraudulenta. A comarca abrangia uma área muito grande com os municípios de Pilar, Itapaci, Porangatu, Aman Leite, até as divisas dos municípios do Paraná e Peixe.

A intenção do juiz de legalizar as terras naquelas áreas atraiu muitos advogados especialistas em questões de terra. Um deles, no entanto, ao lado do prefeito e do juiz, introduziu o "grilo", a legalização de forma fraudulenta. Descobriram que não haviam sido registradas em sesmarias

²⁹ DOLES, Dalízia Elizabeth, M. et alii, op. cit. p. 27. In: **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas - CARNEIRO, Maria Esperança.**

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 78.

populismo, procurou legitimizar aquelas pressões em torno das idéias nacionalistas³¹.

O pacto populista concretiza-se em Goiás com a eleição de Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico, para governador em 1960. Mauro Borges, ao ser eleito pela máquina eleitoral do PSD, encontrava-se comprometido com as forças políticas tradicionais, os grandes proprietários de terra. Numa situação conjuntural propícia, onde as forças populares a nível nacional estão em luta por melhores condições de vida, o Executivo procura utilizar-se do apoio das classes subalternas, através de um plano de governo, o plano de "Governo Mauro Borges" que, na tentativa de legitimar sua administração, abraça a bandeira de uma "Reforma Agrária" controlada a partir de sistemas de colonização.

Num estado eminentemente agrícola como Goiás, a base de apoio popular que se buscou assentou-se principalmente na aliança com as classes subalternas do campo e as promessas decorrentes dessa aliança, fundamentadas na proposta de Reforma Agrária, foram instrumentos utilizados pelo Estado Populista, na busca de legitimação no campo em Goiás. Legitimação que, em última instância, significava a subordinação da classe dominada no campo aos interesses do Estado³².

O Governo Mauro Borges, na tentativa de barrar as decisões da "Reforma Agrária Radical", começou a utilizar da repressão para conter as reivindicações do homem do campo em Goiás, dentro dos limites da legalidade e do projeto de Reforma Agrária do Governo que se apegava à solução pela via colonizatória de pouca expressão. Esta política governamental limitou-se à criação dos combinados agro-urbanos e a distribuição precária de títulos. As promessas de "Reforma Agrária" no Governo Mauro Borges reproduziram, de certa forma, a política do governo Getúlio Vargas, quando instituiu a "Marcha para Oeste", uma vez que o objetivo foi o mesmo, ocupação dos espaços vazios do estado de Goiás, com o intuito de aliviar as pressões sociais e obter o apoio dos homens do campo no desenvolvimento econômico do estado, e as premissas norteadoras de um e outro obedeceram ao mesmo fio condutor, qual seja, fortalecimento do Estado Populista.³³

Para dar andamento à luta armada, o PCB adquiriu armas: fuzis, carabinas e dinamites para destruir as pontes das estradas de penetração na região. O interesse do partido era impedir o acesso ao meio-norte, região

COSTA, Clélia Botelho da. Estado e Luta dos Posseiros de Goiás, Tese de Mest. UFB/1978 - In: A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas - CARNEIRO, Maria Esperança.

Idem, *ibidem*, p. 86.

³³Idem, *ibidem*, p. 88-89.

de Trombas e Formoso, e jogar o guerrilheiro na mata. Nas matas, os guerrilheiros levavam vantagem, pois o PCB tinha a prática de guerrilha do campo, tanto que permaneceram fechados em Formoso oito anos e a polícia nunca conseguiu vencê-los. Isso não significa que a região de Trombas e Formoso tenha-se tornado uma área independente e com governo próprio no interior de Goiás. Esta afirmação constituía a ideologia da classe dominante para justificar as incursões militares em Trombas. Os posseiros não tinham um governo próprio, apenas faziam parte de uma associação de lavradores que tinha o seu líder, José Porfírio, para poderem defender-se da repressão dos latifundiários, do governo, e para manterem a posse da terra.

Depois de eleito, Mauro Borges enviou um agrimensor ao local que dividiu toda a área onde estavam os posseiros (1961). O governo de Mauro desapropriou áreas de latifúndios e indenizou os proprietários, mesmo tendo conhecimento que as áreas haviam sido griladas, para não desapontar os seus correligionários de campanha. Na verdade, Mauro recebeu o apoio dos dois lados: dos camponeses e dos latifundiários.

Em 1962, José Porfírio, já como deputado do PCB, participou do Congresso Regional de Trabalhadores Agrícolas de Goiás, quando recebeu o convite do Governo cubano para uma viagem à terra de Fidel Castro. Em 1963 segue para Belo Horizonte para presidir o Congresso Nacional de Lavradores com representantes de vários estados brasileiros. José Porfírio levou aos colegas de outras regiões a experiência de luta travada em Trombas e da implantação de sindicatos em Goiás.

Com o Golpe Militar de 1964, Porfírio retorna a Trombas pensando na resistência, mas não consegue organizar a luta devido aos conselhos dos camaradas do Partido. Foge, então, numa canoa pelo rio Tocantins em companhia de Geraldo Tibúrcio. Percorreram mais de mil quilômetros com a canoa a remo, indo residir na cidade de Balsas, estado do Maranhão, onde volta novamente à vida de trabalhador do campo.

Descoberto pelas forças de segurança através de seu filho, a Polícia Federal segue para Balsas e faz prisioneiro Geraldo Tibúrcio que **trabalhava** no momento de pedreiro. José Porfírio, na roça, foi avisado a tempo pelos amigos. Foge novamente e retorna para as serras de Trombas na clandestinidade. Toma conhecimento das resoluções do VI Congresso do PCB, que faz duras críticas ao movimento armado de resistência à ditadura militar e aponta caminhos dentro da estrutura do MDB (partido criado no regime militar para fazer oposição à Arena).

Diante dessas decisões tomadas pelo PCB, Porfírio, isolado no interior de Goiás, tenta fundar com o Padre Alípio de Freitas e demais

divergentes da Ação Popular Católica, o Partido Revolucionário Trabalhista, PRT.

Em 1972, Porfírio é preso, quando desencadeia-se forte perseguição militar nos vales do Tocantins e Araguaia, devido à tentativa de diversos elementos do PCdoB de organizarem uma guerrilha no sul do Pará e no norte de Goiás³⁴ (atual Estado do Tocantins). O líder foi processado e condenado por ser um dos fundadores do PRT, que defendia a luta armada. Solto a 7 de junho de 1973, desaparece misteriosamente em Goiânia no dia 9 do mesmo mês.

Bibliografia

1. ABREU, Sebastião de Barros, (1985). *Trombas: A Guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília, Ed. Goethe.
2. AZEVEDO, Fernando Antônio, (1982). *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
3. CARNEIRO, Maria Esperança, (1986). *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia, Ed. UFGO.
4. MARTINS, José de Souza, (1986). *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópoles, Vozes.

³⁴ **Guerrilha do Araguaia.**